



Política Nacional de Reabilitação

Documento do CNR não pode cair em saco roto

Na foto ao lado, o presidente da Direcção Central da ADFA, em representação do Conselho Nacional de Reabilitação, entrega ao secretário de Estado da Segurança Social o documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação» — um conjunto de recomendações ao Governo para uma efectiva integração das pessoas deficientes na sociedade. A ADFA promove, entretanto, uma ampla discussão desse documento, estando já marcada uma reunião de trabalho para dia 10 de Dezembro.

Dusseldorf

A maior feira mundial de artigos de reabilitação



(Pág. 10)

Entrevista com o ministro alemão-federal do Trabalho sobre a integração de pessoas deficientes na RFA

ELO inicia 14.º ano de publicação

- Aniversário assinalado com colóquio na sede
- Centro de Produção de Material quer melhorar o Elo Sonoro

(Pág. 5)

Torneio de basquetebol a decorrer em Lisboa



(Pág. 11)



— Ministério das Finanças.

• Aviso n.º 13/87, de 16/10/87, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 238, de 16 de Outubro de 1987.

— Estabelece disposições relativas às operações de crédito e suas sobretaxas de juro aplicáveis nas vendas a prestações. Revoga o Aviso n.º 2/82, de 14 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Aviso n.º 2/86, de 9 de Abril

— Ministério das Finanças.

• Aviso n.º 12/87, de 15 de Outubro de 1987, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 237, 2.º Suplemento, de 15 de Outubro de 1987.

— Fixa em 15% a taxa básica de desconto do

Banco de Portugal e altera as taxas de juro das operações de crédito e dos depósitos à ordem e a prazo.

— Presidência do Conselho de Ministros.

• Declaração, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 251, de 31 de Outubro de 1987.

— De ter sido rectificação o Aviso n.º 12/87, do Ministério das Finanças, que fixa em 15% a taxa básica de desconto do Banco de Portugal e altera as taxas de juro das operações de crédito e dos depósitos à ordem e a prazo, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 237 (2.º Suplemento), de 15 de Outubro de 1987.

— Ministério das Finanças e das Obras Públicas

Transportes e Comunicações.

• Portaria n.º 845/87, de 31 de Outubro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 251, de 31 de Outubro de 1987.

— Fixa em 1,074 o coeficiente de actualização das rendas livres para vigorar durante o ano de 1988.

— Ministério das Finanças e das Obras Públicas

Transportes e Comunicações.

• pn.º 846/87, de 31 de Outubro, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 251, de 31 de Outubro de 1987.

— Fixa em 1,074 o coeficiente de actualização das rendas condicionadas para vigorar durante o ano civil de 1988.



● A DFA na Radio Comercial

Elementos da Direcção Central e da Direcção da Delegação do Porto participaram recentemente num programa radiofónico difundido pela onda média da Rádio Comercial, em que estiveram em foco questões como as consequências da guerra e a necessidade da paz e ainda as actividades da nossa associação no âmbito da reabilitação e reintegração socioprofissional.

O programa, da responsabilidade de Jaime Lopes, teve a duração de uma hora, ao longo da qual José Arruda, da DC e Abel Fortuna, da delegação do Porto, expuseram detalhadamente os objectivos que norteiam a A DFA nas várias facetas da sua actividade.

● Cascais prepara Dia Nacional

A Câmara Municipal de Cascais e o núcleo local da A DFA preparam activamente as comemorações do Dia Nacional do Deficiente no concelho, para o que têm estado a realizar-se reuniões entre associações de deficientes e responsáveis pelos vários níveis do poder autárquico.

Este trabalho constitui um primeiro passo num caminho que se espera proveitoso, já que o Município tem revelado o maior interesse em dar resposta aos problemas concretos que se colocam às pessoas com deficiências residentes no concelho e demonstrado que deseja procurar soluções em diálogo com os principais interessados.

● Consultas no HMP

Respondendo às dúvidas de vários sócios que têm tido dificuldades em aviar as receitas de medicamentos prescritos nas consultas do Hospital Militar Principal, chama-se a atenção de todos os que se dirigem àquele estabelecimento para a necessi-

dade de, uma vez na posse da receita, se dirigirem à secretaria do respectivo serviço, onde deverá ser aposto um carimbo, pois só depois disso os medicamentos lhes poderão ser fornecidos — gratuitamente — na farmácia do hospital.

● DC no Porto e em Coimbra

A Direcção Central vai realizar próximamente reuniões de trabalho nas delegações do Porto e Coimbra, com a finalidade de articular políticas e obter um melhor conhecimento da realidade local dessas delegações.

A reunião de Coimbra terá lugar no dia 28 de Novembro, seguindo-se a do Porto, nos dias 6 e 7 de Dezembro.

● Controlo de sangue

O nosso sócio Fernando Brito representará a A DFA na Comissão de Controlo da qualidade do sangue e seus derivados, correspondendo a um convite endereçado à nossa Associação pela APD.

Festa de Natal da sede em Alcobaça

Descentralizar e afirmar a unidade da vida associativa são os objectivos fundamentais da Festa de Natal da sede que, este ano, vai ter lugar no dia 12 de Dezembro, no Centro Cénico de Cela Nova, próximo de Alcobaça, organizado pelo Núcleo da A DFA nesta última localidade.

O programa — tal como já havíamos noticiado no último número — inclui actividades para os mais novos e outras destinadas a promover o convívio entre os mais velhinhos.

As inscrições poderão ser feitas até dia 7 de Dezembro na sede ou em qualquer dos núcleos da área de Lisboa: Santarém, Alcobaça, Peniche e Cascais.

Será servido um lanche aos filhos dos sócios. Já quanto aos adultos, é absolutamente necessário que levem farnel.

O Centro Cénico de Cela Nova fica situado a 5 kms de Alcobaça e a 17 kms das Caldas da Rainha, e o programa terá início às 15 horas.

Centro de Reabilitação e Formação Profissional presente em encontro internacional

O Encontro Internacional de Centros de Reabilitação de Deficientes Físicos decorreu no passado mês de Outubro em Madrid promovido pela Fundação MATFRE (Centro de Prevenção e Reabilitação).

O Centro de Reabilitação e Formação Profissional do Porto esteve representado pelo seu director técnico, Jerónimo de Sousa.

Este encontro teve como objectivos principais a troca de experiências no campo da reabili-

tação, desenvolvimento de trabalhos de investigação, formação recíproca de profissionais de reabilitação.

O programa incluiu temas como: Reabilitação e a Sociedade, Reabilitação de Amputados, Formação e Investigação em Reabilitação.

Foram ainda apresentados seminários sobre técnicas e níveis de amputação, tratamento fisioterapêutico do amputado e protização onde foram dados a conhecer os avanços alcançados neste campo.

Ainda no mesmo encontro foi estabelecido um acordo de cooperação entre os vários centros de reabilitação para deficientes físicos do qual o CRPF/Porto faz parte. Este acordo tem por finalidade facilitar/possibilitar o treino contínuo dos técnicos ligados à reabilitação, permitir a troca de experiências enriquecedoras dos grupos profissionais envolvidos e ainda promover e desenvolver os trabalhos de investigação em colaboração com

os vários centros, racionalizando os custos.

A validade deste acordo de colaboração é estabelecido por um período de dois anos.

O processo de reabilitação é um problema de complexidade crescente onde os novos métodos e técnicas assim como a necessidade de contínua dos profissionais envolvidos são uma constante, pelo que um acordo desta natureza se reveste de grande importância quer a nível do CRPF/Porto quer mesmo a nível nacional.

Subsídios Gulbenkian para transportes

A exemplo dos anos transactos, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu à A DFA um subsídio no montante de 300 000\$00 (trezentos mil escudos) destinado a subsidiar a compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e participação na compra de viatura própria dos sócios da nossa Associação portadores de grandes deficiências motoras sensoriais e psíquicas.

No caso da aquisição da cadeiras de rodas e triciclos motorizados, o respectivo subsídio só será atribuído quando se verificar a não atribuição deste material por parte das entidades médicas militares ou do Serviço Nacional de Saúde.

Os subsídios na participação para compra de viatura própria e de acordo com as normas 1/DC/80 em vi-

gor, destinam-se apenas a sócios com deficiência igual ou superior a 60 por cento, de desvalorização.

A definição de prioridades é ditada pela conjugação de vários factores entre os quais se destacam o maior grau de desvalorização e os proventos auferidos de acordo com a legislação que os abrange.

Assim, dada a exiguidade das verbas disponíveis para este tipo de apoio, geralmente, apenas são contemplados nos nossos associados portadores de grandes deficiências motoras ou sensoriais.

Para o concurso de 1988, os sócios interessados devem preencher os processos respectivos na Sede ou nas Delegações até 31 de Janeiro procedendo-se à atribuição no decurso do mês de Fevereiro de 88.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:
Abel Fortuna, Armindo Roque, Cid dos Santos, Jerónimo de Sousa, José Maia, Paula Fevereiro e Vitorino Martins

SEDE

Direcção Central prossegue diligências

A Direcção Central da ADFA vai ser recebida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional na próxima quarta-feira, para tratar as questões pendentes da sede e subsídio estatal à Associação, enquanto se aguarda que sejam confirmadas as datas em que terão lugar as audiências também solicitadas à Câmara Municipal de Lisboa, ao chefe da Casa Militar do Presidente da República e à direcção da Cruz Vermelha

Portuguesa. Esta nova audiência com o secretário de Estado da Defesa Nacional foi já alvo de uma diligência preliminar em que, informalmente, o chefe de Gabinete daquele membro do Governo foi informado das linhas base de orientação da ADFA a respeito dos assuntos a debater. Após as decisões do Conselho Nacional, entendemos que estão reunidas as condições para que o subsídio seja regularizado, dada a



disposição da ADFA em dialogar e procurar soluções construtivas e dignas. Simultaneamente a DC prossegue o trabalho de avaliação de todas as possíveis alternativas para a

nova sede da associação.

Entrevista com o vice-chefe do EMGFA

Entretanto, quando esta edição do «ELO» chegar às mãos dos sócios, a DC terá já entregue ao vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Soares Carneiro, um «dossier» contendo informação sobre todas as grandes questões que neste momento preocupam os deficientes das Forças Armadas, tal como havia sido combinado na anterior audiência com aquele alto responsável militar de que demos notícia desenvolvida na nossa última edição. Entre os problemas constantes do «dossier» entregue ao general Soares Carneiro avultam, naturalmente, as questões da sede e do subsídio e questões legislativas como a das chamadas «doenças agravadas em serviço».



Exigimos dignidade

JÁ lá vão treze anos que a guerra terminou e ainda hoje é tabú. Não podemos ficar indiferentes a esta situação. Fomos nós que, ainda jovens, sofremos as consequências mais directas da guerra, pois ficámos para sempre marcados, física, sensorial e psicologicamente.

Não queremos agora questionar se valeu ou não o esforço que muitos milhares de portugueses dispenderam então ao serviço da Pátria.

Longe das questões ideológicas, temos muito que pensar e fazer.

O tempo é pouco, a reabilitação e a integração não se fazem com palavras e discursos, mas com acções concretas. Estamos é convictos de que esta discussão não se poderá realizar sem a participação da ADFA.

Esclareça-se que somos contra a guerra e pela Paz. Somos membros da maior família de combatentes e vítimas de guerra, a FMAC, que congrega mais de 20 milhões de antigos combatentes dos cinco continentes, representando mais de 50 países.

DE reunião em reunião, vamos ficando cientes de que o nosso país se envergonha de assumir que a guerra colonial produziu muitos deficientes. Temos exemplos não distantes, como o conflito franco-argelino e o célebre Vietname.

Não foi fácil a esses nossos irmãos deficientes resolverem os seus problemas porque é óbvio que muitos são insolúveis. Mas o seu esforço já foi reconhecido pelas suas nações.

Aqui, apregoa-se que somos um importante aliado da NATO, somos também membro de pleno direito da CEE.

Fazem parte dos valores e princípios da sociedade ocidental, reconhecer os sacrifícios daqueles que se bateram ao serviço da Nação.

As realidades da França, América, Inglaterra e Alemanha são suficientemente evidentes para que os nossos governantes passem por cima da realidade. Neste pequeno alerta, não podemos esquecer o apreço e a sensibilidade dos militares.

A família militar nunca nos abandonou. Pelo contrário, sempre esteve, e está, preocupada com os nossos problemas. No entanto, o reconhecimento tarda!

Da nossa parte, envidaremos todos os esforços para que também sejam equacionados os nossos problemas, com a mesma atenção que merecem a Lei da Rádio, a Reforma Agrária, a Revisão Constitucional, o Orçamento.

Exigimos dignidade!

O Estado português tem de compreender a nossa razão e urgência e, de uma vez por todas, tratar com dignidade e responsabilidade esta sequele viva da Guerra Colonial.

O mundo não se resume a Bruxelas e Estrasburgo, onde inúmeras vezes se deslocam os nossos governantes e parlamentares para tratar de compromissos que decorrem da responsabilidade de sermos da NATO e da CEE. Viena de Áustria, no próximo ano será ponto de encontro de antigos combatentes e deficientes.

Ali estaremos reunidos combatentes dos cinco continentes com o objectivo de aprofundar a legislação que nos regerá.

Aguarda-se a presença de representantes governamentais para «in loco» compreenderem a verdadeira e dura realidade da vida dos Antigos Combatentes e vítimas de guerra.

Será a oportunidade de os nossos governantes perceberem de como são tratados os ex-combatentes e encarados os deveres que uma Pátria tem para com aqueles que ficaram marcados para o resto da vida.

Meditemos: além de nós, deficientes das Forças Armadas, quantos nas bolanhas da Guiné, nas matas em Angola, nas picadas em Moçambique, derramaram sangue para sempre?

Quantos ficaram órfãos?

Quantas mães choram para sempre o filho que perderam?

Nada disto pode ser esquecido. Merece um enorme respeito.

Que curta memória!

Não vamos deixar apagar esta Verdade escrita com o nosso sangue.

Exigimos dignidade! Dignidade porque fomos e somos Portugueses em qualquer situação política.

A nossa voz continuará firme.

«HMP promete resolver problemas que afectam DFA'S»

Do director do Hospital Militar Principal, coronel-médico Carrilho Ribeiro, recebemos uma carta em que comenta a notícia publicada no último número do ELO a respeito da visita efectuada por elementos da Direcção Central da ADFA àquele estabelecimento.

Ao coronel-médico Carrilho Ribeiro e a todos os nossos leitores, aqui deixamos o pedido de desculpas que se impõe. Eis a carta:

«Com os meus cumprimentos e simultaneamente com o pedido de que dê conhecimento desta minha carta à Direcção da ADFA, sou a solicitar-lhe a sua boa atenção para o que segue.

Na V/edição de Outubro, em que publicam várias entrevistas com algumas entidades, escrevem também uma síntese de uma conversa tida conosco, em contacto que

tivemos imenso gosto em efectivar, assim como na troca de impressões havida, sempre útil.

Sucede, porém, que por lapso lastimável e que traduz obviamente pouco cuidado da vossa parte na elaboração das notícias envolvendo entidades militares, na local que nos diz respeito, em vez de um normal tratamento por Coronel Médico Carrilho Ribeiro, surge uma infeliz referência a

«Brigadeiro Professor Carrillo». Trata-se, pois, de um lapso negligente, que por não corresponder à verdade, se torna desagradável e susceptível de tergiversações interpretativas, a que somos expostos sem necessidade e a que somos estranhos.

Agradecemos, de futuro, mais cuidado nas notícias em que eventualmente nós e o HMP sejamos envolvidos.»

RENAULT 21 Nevada

Turbo DX Diesel

o imenso espaço o prazer intenso

O imenso espaço de uma viatura para 5 ou 7 lugares, 338 dm³ ou 1,7 m³ de volume útil (conforme a disposição do banco traseiro), 313° de ângulo de visibilidade.

RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel).

Um soberbo motor Diesel Turbo com uma cilindrada de 2068 cm³, que desenvolve uma potência máxima de 88 CV às 4250 rpm e que permite atingir 172 km/h de velocidade máxima.

RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel) alia a potência à economia: 5,2l de gasóleo à velocidade estabilizada de 90 km/h. Sem esquecer, evidentemente, o elevado nível dos acabamentos, a insonorização de alta qualidade, os equipamentos completos, o conforto na sua mais elevada expressão. Em suma, tudo o que proporciona uma superior qualidade de vida a bordo e um intenso prazer de conduzir. Porque a robustez não é inimiga da elegância, porque a eficiência é compatível com o bom-gosto,

o **RENAULT 21 Nevada Turbo DX (Diesel)** é a resposta tecnológica aos problemas do dia-a-dia.

RENAULT 21 Nevada turbo DX (Diesel).

A versão mais recente de uma gama completa a gasolina e a diesel.



RENAULT PORTUGUESA
Sociedade Industrial e Comercial, S.A.R.L.
SERVIÇOS DE VENDAS DIRECTAS E ESPECIAIS

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
Tels. 319293/4 1900 LISBOA



Aniversário comemorado com colóquio na sede

O 13.º Aniversário do «ELO» foi comemorado na Sede, na véspera do fecho desta edição, com um Colóquio sobre a Comunicação Social e os Deficientes que contou com a participação do director de serviços da Direcção-Geral da Comunicação Social (DGCS), João Almeida, um representante do Secretariado Nacional de Reabilitação (SNR), Júlia Vasconcelos, o vice-presidente para a Europa da Reabilitação Internacional (RI), Villa-Lobos Vieira, muitos sócios da ADFA e representantes e outras associações.

Ao longo do encontro, foi abordada em várias perspectivas a dificuldade que as organizações de e para deficientes normalmente têm em conseguir que a sua voz se faça ouvir nos grandes meios de comunicação.

O director de serviços da DGCS, nas suas várias intervenções, defendeu a criatividade dos próprios

interessados, como forma de atrair a atenção dos meios de Comunicação Social e afirmou-se à disposição das organizações e de para deficientes para, através dos departamentos estatais competentes e a solicitação destes, difundir noticiário especializado através da DGCS, e para tentar colocar um programa televisivo produzido sob os au-

pícios do SNR no tempo de antena da DGCS, desde que o órgão da tutela, a secretaria de Estado da Segurança Social, o solicite a esse serviço.

O presidente da ADFA José Arruda defendeu por seu turno que as questões relativas às pessoas deficientes deveriam merecer uma maior atenção de princípio por parte da Comunicação Social, considerando que a exigência de um tempo de antena tal como é concedido aos parceiros sociais como tal reconhecidos é defensável e desejável.

O representante da RI, coronel Villa Lobos chamou a atenção para a necessidade de aceitação

da diferença e mudança de mentalidades, e defenderia que não basta publicar leis que, na prática, acabam por ser esvaziadas de qualquer significado. «O Diário da República tem sido o cemitério das nossas esperanças», afirmou a dado passo, referindo-se à legislação já publicada e em vigor que não encontra qualquer concretização em termos reais.

A representante do SNR afirmou por seu turno que a informação e a sensibilização do todo social é uma das preocupações daquele secretariado, contemplado no documento «Contributo para uma política nacional de reabilitação».

Centro de Produção de Material quer melhorar o ELO sonoro

No momento em que o ELO a negro completa 13 anos de existência, convirá talvez lembrar que também o ELO sonoro, realizado pelo Centro de Produção de Material (CPM) do Centro de Educação Especial de Lisboa, celebra também o seu primeiro aniversário

de edição regular. Após um ano de trabalho dedicado, os que no CPM mensalmente procedem à adaptação, montagem e

sonorização do nosso jornal manifestam o desejo de continuar a melhorar esse seu trabalho, mas queixam-se da falta de in-

formações dos nossos sócios para poder fazê-lo.

No concreto, muito ajudará que os nossos sócios façam chegar à Sede todas as sugestões capazes de tornar mais agradável ou mais prático o uso do jornal gravado.

Questões como a velocidade da leitura, a esco-

lha dos fundos musicais, a organização dos assuntos e quaisquer outros que vos pareçam poder ser revistas, serão modificadas se houver sugestões

O convite aqui fica. Vamos colaborar com aqueles que no Centro de Produção de Material vêm colaborando connosco.

Mobilidade: uma questão essencial

Um dos grandes problemas que se põem à pessoa deficiente é a da mobilidade/acessibilidade, questão que se lhe põe logo quando sai de casa, pois são raras as habitações que têm um mínimo de condições de modo a possibilitar aos deficientes motores e aos cegos o acesso à rua. Os prédios podem ter elevadores, mas existem quase sempre os malfadados degraus, sem qualquer espécie de protecção, para dificultarem esse acesso...

Como disse um conceituado especialista sobre estes problemas, ele próprio deficiente, numa reunião da Comissão dos Transportes do Parlamento Europeu «O povo, a sociedade, amam a liberdade e defendem-na; quando porém, um povo perde a liberdade, os demócratas desse povo erguem-se e lutam para recuperá-la, porque sem ela é impossível a paz e a convivência colectiva. Nós, os deficientes quando carecemos de algum dos sentidos corporais, quando não podemos ver, ouvir ou andar, padecemos de uma forma de escravidão que limita de forma decisiva, a nossa liberdade pessoal.»

Através do trabalho colectivo de muitos milhares de deficientes conseguiu-se instaurar a «Década do Deficiente» que teve o seu início em 1981 (Ano Internacional do Deficiente). Ao longo destes anos muito se tem escrito e falado sobre o problema do deficiente e da deficiência, mas pouco se tem realizado.

Através do «Elo» tomei conhecimento que finalmente foi aprovado o documento «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação». Numa das áreas desse documento fala-se dos princípios gerais e das medidas a adoptar para melhorar a mobilidade e a acessibilidade da pessoa deficiente.

Porque penso que um deficiente não é completamente livre se não tiver a liberdade de se deslocar... eis a razão deste pequeno artigo.

Para que as pessoas deficientes sejam inseridas na sociedade como cidadãos de pleno direito devem dispôr de:

MOBILIDADE E ACESSO AOS MEIOS DE TRANSPORTE

E para isso deviam ser criados:

- Adaptações técnicas nos meios de transporte de modo a serem superadas as deficiências físicas (Ex. Paragens com bancos; diminuição das alturas dos autocarros e dos

comboios ao pavimento; legislação visando a homologação dos triciclos motorizados etc.), tendo em conta as exigências específicas de cada tipo de deficiência.

- Micro-carros adaptados.

- Sistema de cheque-táxi em automóveis ligeiros de aluguer.

- Percursos livres de obstáculos nas zonas habitacionais (Ex. Construção de vias pedonais pavimentadas com lajes de matéria plástica anti-derapante; nivelamento de passeios; prolongamento dos tempos de luz verde dos semáforos, destinada aos peões; desimpedimento dos obstáculos que possam existir nos passeios, etc.).

- Anúncios sonoros e visuais para comunicar as várias paragens dos meios de transporte.

- Sistemas uniformes dos símbolos e sinais destinados a deficientes.

- Mais locais para estacionamento de veículos.

- Publicações, guias informativos, tendo em vista dar a conhecer de forma actualizada à população deficiente as facilidades a que têm direito no sector da mobilidade/acessibilidade.

A par destas situações deveriam também ser implementadas medidas vi-

sando a abolição das barreiras arquitectónicas, — Nas residências (Prédios Urbanos),

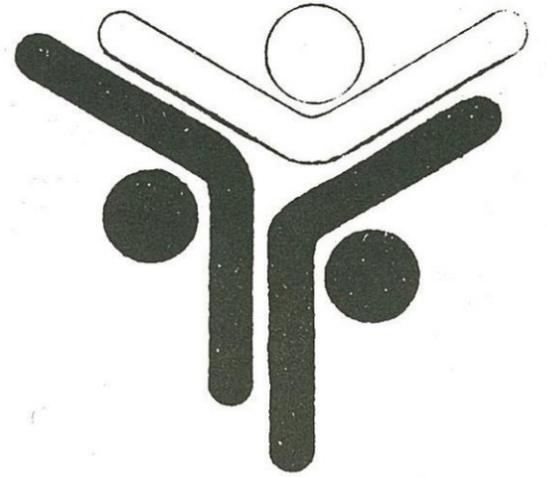
- Nos cinemas, jardins, museus, centros comerciais, ríntos desportivos, enfim em todos os lugares de lazer, de acesso à cultura, de trabalho, de aquisição de bens essenciais, etc.

- Nos organismos públicos (Ex. Autarquias Locais; Bancos; Notários; Repartições de Finanças nos Hospitais, etc.).

Na defesa destas posições, e tendo em conta o prescrito nos nossos Estatutos a ADFA, através da Sede Delegações e Núcleos pode ter uma acção importante na sensibilização dos poderes constituídos existentes nas áreas da sua influência, no sentido de melhorar as condições da mobilidade e acessibilidade das pessoas deficientes.

Num artigo que visa apenas alertar para a problemática deste tema, é difícil fazer um levantamento exaustivo de todas as dificuldades que se põem ao deficiente nas suas deslocações. Limitei-me apenas a aflorar aquelas que me parecem ser mais prementes. Sugiro por isso que este assunto constitua uma das teses do nosso futuro Congresso.

Henrique Mendonça



Publicações do SNR

O Secretariado Nacional de Reabilitação tem vindo a desenvolver, ao longo destes anos, diversas acções, em colaboração com empresas, entidades governamentais ou particulares, no intuito de fomentar a eliminação de barreiras arquitectónicas que dificultam, quando não impedem totalmente, o acesso das pessoas deficientes tanto a edifícios públicos e privados como a transportes, verificando-se já alguns resultados satisfatórios.

Querendo, também, manter informadas as pessoas deficientes e o público em geral acerca dessas acções e da forma de cada um contribuir para a reabilitação e integração das pessoas deficientes na sociedade tem o Secretariado Nacional de Reabilitação várias publicações ao dispor das pessoas interessadas, entre as quais citamos:

- Como ajudar um deficiente em cadeira de rodas (ed. S.N.R.)

- Como ajudar um cego (ed. S.N.R.)

- Guia do Deficiente (Vols. I e II) (ed. S.N.R.)

- A construção escolar e a integração do deficiente (ed. S.N.R.)

- Guia Turístico de Lisboa — 1982 (ed. S.N.R.)

- Guia de Transportes — 1986 (ed. S.N.R.)

- Circuitos Turísticos sem barreiras em Lisboa — 1987 (ed. S.N.R.)

- Autocolantes do Símbolo Internacional de Acesso, nas dimensões de 10x10 cm e 16x16 cm. (ed. S.N.R.)

- Transportes — 1987 — Legislação e Documentação (ed. S.N.R.)

- Pequeno Guia de Turismo — 1987 (ed. Direcção-Geral do Turismo)

- Folheto Companhia Carris (ed. CCFL)

- Folheto C.P. (ed. C.P.)

- Cartaz C.P. (ed. C.P.)

Estas publicações podem ser obtidas, gratuitamente, no

Secretariado Nacional de Reabilitação
Av. Conde de Valbom, 63
1000 Lisboa

Viaturas RENAULT

	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 5-SL-3P	795 417\$00	1 065 031\$00
Renault 5-TL-3P	854 184\$00	1 143 426\$00
Renault 5-TL-5P	897 386\$00	1 201 057\$00
Renault 5-GTR-3P	919 854\$00	1 263 040\$00
Renault 5-GTR-5P	965 569\$00	1 325 616\$00
Renault 5-GTX-5P	1 056 295\$00	1 498 813\$00
Renault 5-GT-TURBO	1 730 036\$00	2 452 291\$00
Renault 5-GTD-5P	1 232 734\$00	2 005 904\$00
Renault 5-TD-5P	1 125 502\$00	1 831 759\$00
Renault Expresso 5 lugares	998 405\$00	1 335 959\$00
Renault 9-TSE	1 301 014\$00	1 845 140\$00
Renault 9-GTS	1 152 184\$00	1 634 515\$00
Renault 9-GTC Super	1 042 683\$00	1 431 169\$00
Renault 9 Turbo	1 647 834\$00	2 335 959\$00
Renault 9 GTD	1 350 099\$00	2 196 505\$00
Renault 11 DSE	1 375 715\$00	1 950 857\$00
Renault 11 GTS	1 225 243\$00	1 737 909\$00
Renault 11 GTC Super	1 113 305\$00	1 527 836\$00
Renault 11 Turbo 3P	1 687 250\$00	2 391 740\$00
Renault 11 GTD	1 447 181\$00	2 354 167\$00
Renault 21 GTS	1 421 687\$00	2 312 764\$00
Renault 21 RS	1 534 037\$00	2 495 220\$00
Renault 21 GTD	1 588 157\$00	3 596 356\$00
Renault 21 Turbo DX	1 858 986\$00	4 208 971\$00
Renault Nevada GTS 5 Lugares	1 541 493\$00	2 507 330\$00
Renault Nevada GTS 5 Lugares	1 599 417\$00	2 601 397\$00
Renault Nevada Turbo Diesel 5 Lugares	1 999 888\$00	4 586 031\$00

PREÇOS COM PINTURA NORMAL

As versões «DIESEL» dos «RENAULT 5, 9 e 11» apresentam o motor de 1595 c.c., 55 cv beneficiado pelos últimos aperfeiçoamentos técnicos em matéria de insonorização e equipado com pré aquecimento de gasóleo.

Todas as versões se apresentam com opção de pintura normal ou metalizadas e novos tecidos de guarnições.

TODOS OS SÓCIOS INTERESSADOS NAS VIATURAS DA GAMA «RENAULT» PODEM PEDIR INFORMAÇÕES NA SEDE OU NAS NOSSAS DELEGAÇÕES.

Presidente da ADFA entregou conclusões
ao secretário de Estado da Segurança Social

Recomendações constantes terão que ser levadas à p

Política Nacional de Reabilitação

Os trabalhos que o Conselho Nacional de Reabilitação veio desenvolvendo ao longo de cerca de um ano, com vista à elaboração de um conjunto de recomendações ao Governo, para que uma política nacional de reabilitação concertada e coerente possa tornar-se realidade, chegaram ao fim. Um extenso documento designado «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação», contendo princípios de política geral e sectorial e medidas concretas a pôr em prática, foi já entregue ao Governo. De entre as associações que ao longo deste ano deram o seu contributo nas treze subcomissões que estudaram as medidas a propôr nos vários domínios, coube à ADFA proceder à entrega do documento final. Foi no dia 28 de Outubro. O secretário de Estado da Segurança Social recebeu das mãos do presidente da Direcção Central, representando o Conselho Nacional de Reabilitação, o conjunto de medidas que entendemos necessárias. Agora, é preciso não ficar por aí.

Internamente, a ADFA vai promover um amplo debate, para o que desde já publicamos uma súmula dos princípios gerais constantes do documento, que complementaremos, no próximo número, com uma análise mais detalhada das medidas concretas propostas.

No dia 10 de Dezembro, vai ter lugar na sede uma reunião de trabalho com todos os sócios interessados em discutir este documento, em que estarão presentes representantes das delegações do Porto e Coimbra para nos falar também dos «Projectos de Distrito» que irão desenvolver em articulação com as forças vivas da comunidade, nomeadamente outras associações de deficientes, Autarquias, bombeiros e responsáveis regionais pela Saúde, Educação e outros sectores ligados à problemática da reabilitação em geral.

A ADFA entende que a participação que vimos tendo no Secretariado Nacional de Reabilitação é importante, e mais importante se torna ainda neste momento.

É preciso que tudo quanto se propõe no «Contributo para uma Política Nacional de Reabilitação» não fique pelo papel, nem dê lugar a sucessivos estudos e projectos que, na prática, retardem indefinidamente a sua concretização.

Para isso, é fundamental que os nossos sócios se unam, participem no debate, estejam informados e tragam ideias para levar por diante esta tarefa.

Prevenção da deficiência

«A prevenção é um conjunto de medidas destinadas a evitar o aparecimento ou o agravamen-

to da deficiência, incapacidade e, «handicap» e consequentemente a eliminar os seus efeitos nos planos individual, familiar e colectivo.»

O documento do CNR estabelece, a este respeito, que a prevenção deve:

— Constituir um direito e um dever de todos e de cada um, cabendo prioritariamente ao Estado a responsabilidade pela criação, apoio e desenvolvimento das medidas necessárias.

— Iniciar-se o mais cedo possível.

— Impor-se como área prioritária de intervenção.

— Implicar não só o sector da saúde, como o da educação, segurança social, trabalho e todos os demias, o que obriga a uma actuação coordenadora.

Reabilitação médica

«A reabilitação médica é uma forma de intervenção de âmbito clínico que estabelece diagnósticos numa perspectiva funcional e compreende um conjunto de tratamentos e de técnicas especializadas, que tendem a reduzir as sequelas da lesão, doença ou deficiência, restabelecendo as funções físicas e/ou mentais, valorizando as capacidades remanescentes e restituindo tão completamente quanto possível a aptidão do indivíduo para a sua actividade, com vista à sua autonomia e integração social.»

Sobre esta matéria, as recomendações expressas no documento são as seguintes:

A reabilitação médica deve:

— Iniciar-se o mais precocemente possível, de forma imediata à de-



tecção e ao diagnóstico da situação de deficiência ou doença de que possa resultar a deficiência.

— Constituir um processo que dirigindo-se às pessoas com deficiência, deve ser desenvolvido igualmente com elas e por elas, assim como pelas suas famílias e respectiva comunidade.

— Utilizar a rede de cuidados de saúde, maioritariamente a dos serviços prestadores de cuidados de saúde primários, em articulação, sempre que necessário, com os cuidados de saúde diferenciados.

— Manter uma interligação permanente com os sistemas prestadores de serviços nomeadamente nos domínios da educação, reabilitação profissional, emprego e segurança social.

— Proporcionar às pessoas com deficiência todos os meios que lhe permitam dispor de si próprios da forma o mais autónoma possível.

— Ter em especial atenção as situações de hospitalização e de institucionalização em geral assim como os respectivos efeitos.

— Revestir-se de indiscutível qualidade e constituir um sistema cuja transparência não ofereça dúvidas aos seus utentes, especificamente em relação àqueles cuja deficiência implique a utilização dos derivados de sangue.

Educação

«A Educação Especial visa a estimulação precoce a recuperação e a in-

tegração socioeducativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas, devidas a deficiências físicas e mentais.»

A Educação Especial deve:

Reconhecer que todas as pessoas possuem capacidades de evolução e de desenvolvimento e, portanto, são susceptíveis de beneficiar de um processo educativo.

— Presupor a intervenção conjugada da família, da escola e da sociedade em geral.

— Garantir o percurso educativo desde a intervenção precoce ao acesso aos diferentes níveis e graus de ensino, incluindo a educação permanente e tendo em conta a integração no grupo etário correspondente.

Reabilitação Profissional

— Privilegiar a utilização da rede regular dos serviços de educação de modo a proporcionar um processo educativo integrado e num meio o menos restritivo possível, sem prejuízo da salvaguarda de situações específicas.

— Proporcionar modalidades diferenciadas de prestações de serviços de acordo com planos educativos individualizados, com vista a assegurar o processo educativo.

«A reabilitação profissional é um processo que tem por objectivo proporcionar à pessoa com defi-

ciência os meios que lhe permitam o acesso ou retorno ao exercício de uma actividade profissional, com vista a facilitar a sua integração social.»

A reabilitação profissional das pessoas com deficiência deve:

— Desenvolver-se em estreita articulação e colaboração com as estruturas, nomeadamente as de reabilitação médica e ensino, no sentido de se evitarem hiatos no processo de reabilitação e optimizar os potenciais remanescentes.

— Enquadrar-se na política de formação profissional destinada à população em geral.

— Dispor, sempre que necessário, de modelos institucionais próprios e diversificados, decorrentes da gravidade ou da natureza da deficiência.

— Suscitar a adesão e responsabilização dos empregadores e trabalhadores bem como das suas organizações representativas.

— Garantir a adesão e responsabilização dos empregadores e trabalhadores bem como das suas organizações representativas.

— Garantir formas de reconhecimento e validação das aquisições profissionais, com vista a assegurar-lhes igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

— Permitir o aumento de conhecimentos e melhoria do nível de qualificação profissional com vista à sua progressão

numa carreira profissional.

— Desenvolver-se tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho, em articulação permanente com as estruturas do emprego.

— Utilizar tanto quanto possível as estruturas regulares de formação profissional, devendo estas adaptar-se às características e necessidades específicas deste tipo de população.

— Fomentar a investigação de metodologias de intervenção e adaptação de programas numa constante aferição com as exigências do mercado de trabalho e as necessidades dos técnicos que a nível regional e local são responsáveis directos pelo desenvolvimento das acções de formação.

Integração socioprofissional

«A política de integração socioprofissional das pessoas com deficiência tem como objectivo assegurar-lhes as condições necessárias ao exercício de uma actividade profissional adequada e/ou socialmente útil seja qual for a origem, o tipo e o grau de deficiência.»

O emprego das pessoas com deficiência deve:

— Enquadrar-se no âmbito da política geral de emprego e assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades relativamente aos demais cidadãos, tanto no acesso a

DFA entregou conclusões Estado da Segurança Social

Recomendações constantes do documento que ser levadas à prática



«...integração socioeducativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas, devidas a deficiências físicas e mentais.»

A Educação Especial deve:

Reconhecer que todas as pessoas possuem capacidades de evolução e de desenvolvimento e, portanto, são susceptíveis de beneficiar de um processo educativo.

— Presupor a intervenção conjugada da família, da escola e da sociedade em geral.

— Garantir o percurso educativo desde a intervenção precoce ao acesso aos diferentes níveis e graus de ensino, incluindo a educação permanente e tendo em conta a integração no grupo etário correspondente.

Reabilitação Profissional

— Privilegiar a utilização da rede regular dos serviços de educação de modo a proporcionar um processo educativo integrado e num meio o menos restritivo possível, sem prejuízo da salvaguarda de situações específicas.

— Proporcionar modalidades diferenciadas de prestações de serviços de acordo com planos educativos individualizados, com vista a assegurar o processo educativo.

«A reabilitação profissional é um processo que tem por objectivo proporcionar à pessoa com defi-

ciência os meios que lhe permitam o acesso ou retorno ao exercício de uma actividade profissional, com vista a facilitar a sua integração social.»

A reabilitação profissional das pessoas com deficiência deve:

— Desenvolver-se em estreita articulação e colaboração com as estruturas, nomeadamente as de reabilitação médica e ensino, no sentido de se evitarem hiatos no processo de reabilitação e optimizar os potenciais remanescentes.

— Enquadrar-se na política de formação profissional destinada à população em geral.

— Dispor, sempre que necessário, de modelos institucionais próprios e diversificados, decorrentes da gravidade ou da natureza da deficiência.

— Suscitar a adesão e responsabilização dos empregadores e trabalhadores bem como das suas organizações representativas.

— Garantir a adesão e responsabilização dos empregadores e trabalhadores bem como das suas organizações representativas.

— Garantir formas de reconhecimento e validação das aquisições profissionais, com vista a assegurar-lhes igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho.

— Permitir o aumento de conhecimentos e melhoria do nível de qualificação profissional com vista à sua progressão

numa carreira profissional.

— Desenvolver-se, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho, em articulação permanente com as estruturas do emprego.

— Utilizar tanto quanto possível as estruturas regulares de formação profissional, devendo estas adaptar-se às características e necessidades específicas deste tipo de população.

— Fomentar a investigação de metodologias de intervenção e adaptação de programas numa constante aferição com as exigências do mercado de trabalho e as necessidades dos técnicos que a nível regional e local são responsáveis directos pelo desenvolvimento das acções de formação.

Integração socioprofissional

«A política de integração socioprofissional das pessoas com deficiência tem como objectivo assegurar-lhes as condições necessárias ao exercício de uma actividade profissional adequada e/ou socialmente útil seja qual for a origem, o tipo e o grau de deficiência.»

O emprego das pessoas com deficiência deve:

— Enquadrar-se no âmbito da política geral de emprego e assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades relativamente aos demais cidadãos, tanto no acesso a



um emprego produtivo e remunerado, como na sua manutenção e na progressão profissional:

— Privilegiar, sempre que possível, a sua inserção profissional em situação normal de trabalho;

— Criar formas alternativas de trabalho, designadamente emprego protegido e apoio pelo trabalho, sempre que a gravidade ou natureza da deficiência não permita a sua inserção em situação normal de emprego;

— Desenvolver-se sempre em articulação e de forma coerente com a política e medidas de reabilitação e formação profissional. As actividades ocupacionais «devem»

— Assegurar às pessoas com deficiência uma ocupação sem a preocupação de rentabilidade económica, que lhes permita desenvolver as suas capacidades sociais, funcionais e profissionais, caso não possam ou enquanto não puderem obter e/ou conservar um emprego, devido às limitações das suas capacidades.

Mobilidade Acessibilidade

A Mobilidade/Acessibilidade compreende um conjunto de medidas e de técnicas que vão permitir

à pessoa com deficiência, a maior possível participação na sociedade.

Neste domínio, o Estado deve garantir:

— As condições que permitam à pessoa com deficiência a utilização de transportes e de outros meios de locomoção funcional.

— O desenvolvimento de transportes e de outros meios de locomoção física inferior.

— O acesso a locais de trabalho e de lazer.



es do documento do CNR

rática



um emprego produtivo e remunerado, como na sua manutenção e na progressão profissional:

— Privilegiar, sempre que possível, a sua inserção profissional em situação normal de trabalho;

— Criar formas alternativas de trabalho, designadamente emprego protegido e apoio pelo trabalho, sempre que a gravidade ou natureza da deficiência não permita a sua inserção em situação normal de emprego;

— Desenvolver-se sempre em articulação e de forma coerente com a política e medidas de reabilitação e formação profissional. As actividades ocupacionais «devem»

— Assegurar às pessoas com deficiência uma ocupação sem a preocupação de rentabilidade económica, que lhes permita desenvolver as suas capacidades sociais, funcionais e profissionais, caso não possam ou enquanto não puderem obter e/ou conservar um emprego, devido às limitações das suas capacidades.

Mobilidade e Acessibilidade

A Mobilidade/Acessibilidade compreende um conjunto de medidas e de técnicas que vão permitir

à pessoa com deficiência, a maior autonomia possível com vista à sua participação na vida em sociedade.

Neste domínio, o documento estabelece que devem garantir-se:

— As condições que permitam às pessoas com deficiência o acesso e a utilização dos meios facilitadores da mobilidade funcional.

— O direito à utilização efectiva de meios de transporte que permitam às pessoas com deficiência a deslocação no espaço físico interior e exterior.

— O acesso a todos os locais de vivência, nomeadamente ao meio edi-

ficado e aos espaços urbanos exteriores.

Ajudas técnicas e novas tecnologias

«As ajudas técnicas são dispositivos que permitem estabelecer ou restabelecer funções e/ou reduzir sequelas de todas as pessoas com deficiência, atenuando o hiato entre as suas aspirações e as suas capacidades de realização.»

No domínio das ajudas técnicas deve garantir-se:

— O direito à utilização precoce por todas as

pessoas com deficiência das ajudas técnicas necessárias à maximização da sua independência e autonomia.

— A divulgação da informação acerca das ajudas técnicas existentes nos mercados nacional e internacional.

— A promoção, apoio e desenvolvimento por parte do Estado à investigação no campo das ajudas técnicas, incluindo a aplicação das novas tecnologias para otimizar essas ajudas.

— A legislação que facilite o acesso das pessoas com deficiência às ajudas técnicas disponíveis nos mercados nacional e internacional, e a atribuição, reparação e substituição das mesmas.

— A descentralização do processo de atribuição, reparação e substituição de ajudas técnicas e respectiva coordenação bem como a articulação entre os serviços intervenientes, nomeadamente saúde, educação, trabalho e segurança social.

— A prescrição das ajudas técnicas de acordo com o programa individual e o preenchimento de requisitos necessários à sua finalidade.

— O controle de qualidade e de preços no mercado das ajudas técnicas.

— O acompanhamento da pessoa com deficiência por pessoal especializado durante o período de adaptação à sua ajuda técnica.

— A utilização dos sistemas oficiais de participação financeira na atribuição de ajudas técnicas.

— O reconhecimento da necessidade do esquema de ajudas técnicas em vigor nas companhias seguradoras proporcionar a plena integração social da pessoa com deficiência.

— A disponibilidade por parte da comunidade e suas instituições, de todas as ajudas técnicas que permitam às pessoas com deficiência alcançarem a máxima igualdade de oportunidades.

Tempos livres

«Os tempos livres compreendem um conjunto de actividades a que a pessoa com deficiência se pode dedicar com vista ao seu descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal, actividades essas que propiciam também trocas relacionadas que lhe vão permitir um novo estilo e ritmo de vida, em que ela pode ser mais ela própria, com ela, com os outros e pelos outros.»

No domínio das actividades de tempos livres deve-se ter em conta que:

— As actividades criativas, culturais, desportivas e de férias devem ser encaradas como parte integrante do processo de reabilitação, constituindo meios privilegiados de aquisição do equilíbrio psíquico e de desenvolvimento das capacidades de integração social.

— Devem ser criadas as condições e incentivada a participação das pessoas com deficiência no quadro das actividades existentes para todos, quer como espectador quer como actor (entendido como aquele que age).

— A criação de condições de participação em actividades criativas, culturais, desportivas e de férias exige adaptações e soluções diferenciadas uma vez que as pessoas com deficiência não constituem grupos homogêneos.

— Deve ser dada particular atenção e incrementada a participação das crianças e jovens com deficiência em actividades criativas, culturais, desportivas e de férias, como forma de os despertar e motivar para estas actividades.

— Deve ser garantido





o direito de livre escolha, tendo sempre em atenção que a decisão final é feita pela pessoa e não por quem concede ou organiza as actividades.

Reabilitação psico-social

«A Reabilitação Psico-Social compreende um conjunto de acções, de técnicas e medidas específicas que fazem parte integrante do processo de reabilitação, com vista a promover a adaptação à situação de deficiência, a minimizar os seus efeitos e a desenvolver, conservar ou restabelecer o maior grau de autonomia pessoal possível e o equilíbrio da relação pessoa-família-comunidade.»

A Reabilitação Psico-social deve:

— Reconhecer o papel fundamental da família em todo o processo de reabilitação.

— Implicar um profundo respeito pela vida privada e pelo equilíbrio afectivo das pessoas com deficiência, a fim de que possam escolher o seu próprio modo de vida, assim como preservar e desenvolver as suas capacidades.

— Ter em especial atenção as pessoas de cuja deficiência resultam dificuldades específicas de comunicação, de compreensão e/ou de relação.

— Criar as condições que possibilitem a participação e corresponsabilização da comunidade, da família e do próprio indivíduo no processo de inserção social o que exige a articulação e a descentralização dos meios de intervenção e implica as organizações oficiais e particulares das comunidades locais.

— Proporcionar condições para que a situação de deficiência não constitua factor de agravamento sócio-económico das pessoas com deficiências e suas famílias.

— Facultar os apoios humanos, técnicos e financeiros necessários para preservar a saúde física e mental, a independência económica e o equilíbrio de relações das famílias que tenham pessoas com deficiência no seu seio.

— Ter em atenção o papel do voluntariado como factor dinâmico de acção e de solidariedade social e a necessidade do seu correcto enquadramento.

Ao Estado compete criar, desenvolver e

apoiar as medidas necessárias à concretização destes princípios.

Informação e Sensibilização

«A informação/sensibilização compreende a divulgação de conhecimentos, técnicas, métodos, práticas, serviços, equipamentos, legislação, recomendações nacionais e internacionais e ainda a divulgação dos direitos que assistem às pessoas com deficiências e suas famílias com vista à facilitação do processo de reabilitação e integração, e à obtenção de uma mudança de atitudes (entendida esta como predisposição para agir) da sociedade face à pessoa com deficiência e desta face a si própria e face aos outros.»

As acções de informação/sensibilização devem, por outro lado ser perspectivadas de forma diversificada e adaptada, atendendo que as pessoas

blico alvo e as razões de escolha, para o que queremos sensibilizar, que ensinamentos queremos transmitir e o que queremos mudar.

Tais acções terão de fazer uma abordagem global da vida das pessoas como deficiência e da sua participação na vida social e não centrarem-se exclusivamente na deficiência e nas incapacidades dela resultantes, e

deficiência, transmitindo uma mensagem positiva e construtiva com deficiência aquando da realização de campanhas de angariação de fundos da sua responsabilidade, por outro.

Formação de pessoal

«A Formação é um processo através do qual



com deficiência não constituem grupos homogéneos, pelo que deverá ser assegurada a adaptação da informação tendo em conta, por um lado as dificuldades de comunicação inerentes à deficiência, e por outro que as deficiências têm causas, efeitos e soluções diferentes.

Deve por outro lado ser tido em conta que os destinatários pertencem a grupos sociais diversos de acordo com a idade, o sexo, a formação e o nível sócio-económico e cultural.

As acções de informação devem também ter objectivos tanto no que diz respeito ao âmbito, como ao conteúdo, o pú-

transmitir uma imagem realista e simples, tendo em atenção que a pessoa com deficiência é antes de mais e sempre uma pessoa (evitar apresentar a imagem do herói).

Em matéria de informação e sensibilização, haverá também que contar com a participação das pessoas com deficiência, assim como das suas organizações na concepção e realização dos programas e acções de informação/sensibilização, devendo ser criadas as condições que permitam uma efectiva participação, por um lado, e ter em conta que cada organização deve ser um «modelo» no que respeita à dignificação com

se pretende assegurar ao pessoal, que directa ou indirectamente intervem na reabilitação, a qualificação profissional necessária ao exercício das suas funções.»

A Formação de pessoal deve:

— Ter subjacente a noção de que a reabilitação é um processo personalizado, global, contínuo e coordenado.

— Ser orientada no sentido de fomentar o trabalho em equipa multidisciplinar.

— Estruturar-se com base em conhecimentos existentes a nível nacional e internacional.

— Decorrer também de esforços desenvolvidos a nível interdepartamental com vista à reabilitação de acções articuladas.

— Privilegiar, como objecto de formação, os profissionais que, embora mais directamente ligados à intervenção junto das pessoas com deficiência, têm sido mais descurados.

— Promover o estudo das profissões e carreiras na área da reabilitação, tendo em vista um conhecimento das necessidades de formação tão preciso quanto possível.

Investigação e estatística

«A Investigação visa a aquisição e o aprofundamento de conhecimentos sobre a deficiência, as causas e os seus efeitos, os meios de a prevenir e de reabilitar as pessoas com deficiência.»

«A Estatística visa a recolha, o tratamento, a classificação, a interpretação e apresentação de dados relativos a toda a problemática da deficiência.»

No domínio da investigação e estatística deve garantir-se:

— Que sejam desenvolvidas acções conducentes a uma intervenção mais eficaz nos domínios da prevenção da deficiência e da reabilitação e integração das pessoas com deficiência.

— Que a investigação e a estatística sejam suportes indispensáveis ao planeamento.

Associativismo e Cooperativismo

«O Associativismo e o Cooperativismo, enquanto formas de organização

sem fins lucrativos constituem um instrumento privilegiado para estimular e acelerar o envolvimento e participação das pessoas com deficiência e suas famílias em todo o processo de prevenção, reabilitação e integração, contribuindo, assim, para a definição e implementação das políticas e medidas que lhes dizem respeito e assumem-se como:

— Forma de pressão no sentido de influenciar as políticas e as decisões dos órgãos do poder em todas as áreas que digam respeito às pessoas com deficiência;

— Veículo de esclarecimento e formação das pessoas com deficiência, suas famílias e da comunidade em geral;

— Forma de apoio suplementivo e ou complementar, através das suas actividades, no desenvolvimento do processo de prevenção, reabilitação e integração.

No domínio do Associativismo e do Cooperativismo, o documento aponta que compete ao Estado «garantir a participação das organizações de e para as pessoas com deficiência e suas famílias, e que umas e outras sejam, oficialmente, reconhecidas como parte essencial de todo o processo de prevenção, reabilitação e integração;

— As condições técnicas e financeiras, com carácter estável e permanente que permitem a prossecução das actividades desenvolvidas pelas organizações de e para as pessoas com deficiência;

— A intervenção das organizações de e para pessoas com deficiência e suas famílias na elaboração de diplomas legislativos como um direito que lhes assiste, para o que devem ser criados os respectivos mecanismos legais que permitam a efectivação deste direito.



COIMBRA

Almoço de convívio

A Delegação de Coimbra vai organizar um almoço-convívio, num restaurante da cidade do Mondego, próximo das instalações da ADFA, no dia 12 de Dezembro às 13 e 30 horas e aberto a todos os associados e amigos que queiram participar.

A ementa será composta de um prato de peixe e outro de carne: arroz de marisco com filetes de pescada e vitela assada, sopa de legumes, pão e bebida à escolha, café, doce e fruta, bolo-rei e vinho do Porto.

As crianças serão distribuídos saquinhos com bolos, rebuçados e balões.

Os interessados deverão enviar a ficha de inscrição, devidamente preenchida, à Delegação de Coimbra, até ao dia 7 de Dezembro e o preço de inscrição por pessoa é de 1200 escudos. As crianças até aos 12 anos pagam 600 escudos e, com menos de 4 anos, a inscrição é grátis.

Os sócios, familiares e amigos que nos queiram acompanhar deverão estar na delegação da ADFA às 12 e 30 horas do dia 12 de Dezembro.

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome
 Número de sócio
 De quantas pessoas se faz acompanhar
 Número de crianças com menos de 4 anos
 N.º de crianças dos 4 aos 12 anos
 (O pagamento deverá ser feito na altura da inscrição)



por iniciativa da delegação da ADFA.

Esta iniciativa conta com a prestimosa colaboração do professor daquele estabelecimento José Manuel Gomes da Conceição.

Concurso de pesca de mar

O 1.º Concurso de Pesca Desportiva de Mar em Traineira, realizou-se no passado dia 25 de Outubro, na Costa da Galé, em pleno mar alto. Registaram-se cerca de 50 inscrições, o que ultrapassou as expectativas e constitui garantia de maior participação em futuras realizações deste género.

agrou-sevencedor absoluto Manuel Cantigas, om um total de 11,620 kgs, seguido respectivamente de Mário Amado, 2.º, 10,200 kgs, e José Cantigas, 3.º, 9,375 kgs.

O nosso associado n.º 10320, José Maneiras, classificou-se em 4.º lugar com 9,280kgs.

Por equipas classificaram-se respectivamente Mistos A, 2.º, 10,200 kgs e José Cantigas, 3.º, 9,375 kgs.

O nosso associado número 10320, José Maneiras, classificou-se em 4.º lugar com 9,280kgs.

Por equipas classificaram-se respectivamente Mistos A, 38,620 kgs., eguida da equipa Mistos B, 25,730 kgs e da Indivi-

duais do Lavradio com 22,600 kgs.

Esta iniciativa teve o apoio da Comissão Regional de Turismo da Cota Azul e das Autarquias do Distrito.

Uma vez mais lamentamos a apatia demonstrada pela Câmara Municipal e Governo de Setúbal que, para além de nada terem contribuído nem sequer se dignaram dar resposta aos nossos ofícios.

Registamos o exemplo...

Bem-hajam as restantes Autarquias que uma vez mais responderam ao nosso apelo.

Animação cultural recreativa e desportiva

Temos vários projectos. Precisamos de ti, só-

cio amigo, para nos ajudares a levar por diante essas iniciativas. Junta-te a nós.

Aparece e expõe as tuas ideias.

Almoço-convívio Natal-87

Estão abertas as inscrições na delegação para

o tradicional almoço convívio de Natal inter-sócios/familiares que em princípio terá lugar num dos restaurantes típico de Setúbal.

Passa pela delegação ou telefona e inscreve-te. O almoço realizar-se-á no dia 19/12/87. As Inscrições serão aceites só até ao dia 12/12/87.



FARO

Festa de Natal

O Rancho Folclórico Infantil dos Bombeiros Voluntários de São Bartolomeu de Messines será a grande atracção da festa de natal da Delegação de Faro, a realizar no dia 19 de Dezembro a partir das 16 horas na sua sede, sita na Rua de S. Pedro, 30.

As inscrições deverão ser feitas até às 18 horas do dia 17 de Dezembro, na própria delegação, através de carta, ou utilizando o telefone 28515.

Autarquias apoiam a nossa delegação

A delegação de Faro vai proceder a obras nas

suas instalações, sendo de registar e agradecer a valiosa colaboração das autarquias locais para a concretização dos trabalhos de reparação de que a nossa sede em Faro há muito carecia.

Assim, a Câmara Municipal de Faro atribuiu à delegação da ADFA nessa cidade um subsídio de 500 contos, e a Junta de freguesia de S. Pedro 20 contos.

Aos autarcas que com esta atitude demonstram uma compreensão louvável da necessidade de integração das pessoas deficientes no meio social a que pertencem, os nossos públicos agradecimentos.



SETÚBAL

Exposição na Escola Luísa Todi
 Uma exposição sobre as pessoas deficientes e o mundo que as rodeia vai

estar patente no dia 9 de Dezembro — Dia Nacional do Deficiente, na Escola secundária Luísa Todi, na cidade do Sao,

UISEU

EXPOSIÇÃO

No dia 19.DEZ.87, no pavilhão «A» da Feira de S. Mateus, no dia do Convívio da Festa de Natal, realiza-se uma exposição de desenhos de crianças até aos treze (13) anos.

Cada criança pode concorrer com um ou mais desenhos.

Os melhores trabalhos terão prémios especiais.

Haverá prémios para todos os participantes.

Os desenhos poderão ser entregues até às 10h30, do dia 19.DEZ.87.

Festa-convívio de Natal/87

No dia 19.Dez.87, vai realizar-se a «FESTA-CONVÍVIO» de Natal da Delegação de Viseu e do Núcleo da Guarda, no

pavilhão «A» no largo da Feira de S. Mateus, no Cidade de Viseu, com o seguinte programa:

10 horas: Início da manhã infantil, com espectáculo de marionetes e distribuição de balões.

11 horas: Palhaços.

13 horas: Almoço-convívio.

14.30 horas: Distribuição de brinquedos. 20.30 horas: Serão musical, organizado pela Delegação da ADFA de Viseu e Rádio ESCALA-101, Quinteto de JAZZ de Viseu e Uler Ife Dada.

Quanto à ementa do almoço é a seguinte:

- Caldo verde,
- Arroz à valenciana,
- Vitela assada com batata no forno,
- Doce — fruta,

- Sumos — vinho — Dão» branco e tinto,
- Café e aguardente.

O custo da refeição é de Esc: 1200\$00 (mil e duzentos escudos). As crianças até aos nove anos não pagam, dos nove aos treze pagam só metade — (600\$00).

A Direcção Central confirmou já a sua presença, neste convívio de Natal. Aos demais Órgãos MAGN, CFC e CN, foram endereçados convites, pelo que aguardamos também as suas presenças.

Agradecemos que os associados se inscrevam para o almoço até ao dia 10.Dez.87, bem como os filhos e «netos» para a distribuição dos brinquedos.

PARA PROGRAMAR A TEMPO A TROCA DO SEU CARRO OU MOTO

Um Serviço Experiente
 Um Serviço Inteligente

Lubritex

Em todo o País.

Somos os primeiros. Em 1981 transformamos uma nova tecnologia comercial num serviço indispensável a compra em grupo. A nossa experiência serve-o com inteligência. A Lubritex ajuda-o a programar a tempo a troca do seu carro. Com vantagens.

Todos os Sócios interessados deverão contactar a Delegação da ADFA na Madeira ou o Consultor da Lubritex. Sr. José Gaspar - Telef. 33830

Entrevista com Norbert Blum ministro do Trabalho da RFA



está condenado à falência.

Os esforços específicos de reabilitação e serviços sociais envolvidos não podem agir sem a cívica participação dos interessados. Apontando lacunas e fazendo sugestões construtivas, as pessoas deficientes passaram a ter uma influência decisiva na política de reabilitação.

— O que está a ser feito para a reintegração de pessoas deficientes no mundo do trabalho?

Norbert Blum — Deixar-me dar alguns exemplos: há uma rede de modernas facilidades reabilitacionais que inclui 21 centros de promoção vocacional, com 12 mil lugares para reabilitação vocacional, cerca de 37 centros de formação profissional com capacidade para cerca de 10 mil formandos, 13 instituições para reabilitação médico-profissional capazes de receber 1700 pessoas, bem assim como 350 lojas de trabalho para pessoas deficientes que fornecem uma capacidade de cerca de 84 mil lugares. A variedade de serviços oferecidos nesses centros de formação e promoção vocacional é continuamente alterada de molde a que se mantenha ajustada às que ocorrem no mundo do trabalho. A reintegração das pessoas deficientes no mundo laboral é de importância fundamental na reabilitação. É nosso objectivo ajudar as pessoas a manter uma presença prolongada no mundo do trabalho. Isso requer, antes do mais, um incremento da sua qualificação profissional. Para os deficientes mais, que para quaisquer outras pessoas, uma boa formação e treino avançado são a melhor maneira de usar das possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

— Quais os critérios mais importantes para a implementação de medidas de reabilitação?

Norbert Blum — Em primeiro lugar, devem ser as necessidades das pessoas deficientes, e não as causas da deficiência, a constituir o critério dos passos a dar. As pessoas deficientes, como grupo homogêneo com um conjunto uniforme de necessidades não existem. A reabilitação só pode dar frutos se as necessidades da pessoa com deficiências forem o alvo principal. Um sistema de reabilitação fundado meramente num auxílio esquemático e estandardizado

DUSSELDORF

A maior feira mundial de artigos para pessoas com deficiências

Perto de 20 000 visitantes provenientes de 40 países, estiveram em Dusseldorf, na Alemanha Federal para visitar a maior feira internacional de reabilitação, na

qual 269 empresas, vindas de 15 países, apresentaram os seus mais recentes produtos, entre 23 e 27 de Setembro.



Modernos meios auxiliares para todos os tipos de deficiência que estiveram patentes em Dusseldorf

O interesse profissional foi a razão de participação na REHA 87 para quase 80 por cento dos visitantes entre os quais, um elevado número de líderes profissionais especializados: 48 por cento dos visitantes profissionais indicaram serem consultados ou serem decisivos na aquisição de meios auxiliares para o seu respectivo sector. Um em cada seis visitantes veio do estrangeiro, a maior parte da Holanda, da Escandinávia, da França e da Grã-Bretanha, MAS também houve delegações provenientes dos EUA e do continente asiático.

Para a maioria dos visitantes estiveram em primeiro plano as informações sobre os novos desenvolvimentos nos meios auxiliares. Foi considerado positivo que a intensa troca de opiniões efectuada, durante os últimos anos, entre os interessados e as empresas produtoras tenha levado a um nítido melhoramento na funcionalidade e no «design» dos meios auxiliares.

Foi registada grande afluência nos stands de

consultadoria das organizações de deficientes, dos grupos de autoajuda, das autoridades e das instituições. As pessoas deficientes e os seus familiares aproveitaram a ocasião para se articular sobre os seus problemas e para recolher informações sobre as possibilidades de apoio.

Para muitos visitantes da REHA o fórum e o centro desportivo foram imprescindíveis como parte essencial do certame.

O fórum foi considerado informativo, a descrição dos problemas diários teve bom acolhimento. A possibilidade de participação activa no centro desportivo foi tão bem acolhido como as sugestões aí feitas sobre o transporte de deficientes em casa e o vir a conhecer os novos aparelhos para o equipamento desportivo próprio.

Os expositores da REHA 87 declararam-se satisfeitos. 95 por cento deles afirmaram que tinham atingido os seus objectivos, e 60% dos expositores consideraram bom até muito bom o nú-

mero intenso de contactos durante a REHA 87.

Os congressos, que se realizaram em paralelo com a REHA 87, também encontraram vivo interesse. Através do simpósium «Design para todos» conseguiu-se juntar, em Dusseldorf, peritos de todos os continentes, para criarem de uma maneira interdisciplinar uma área habitacional adaptada ao deficiente. Evoluções notáveis em todos os sectores foram o resultado dos grupos de trabalho e dos seminários. Só como exemplo: Seis dos 12 trabalhos premiados no concurso «Design para todos» já estão a ser produzidos industrialmente.

O congresso da Associação Alemã para a Reabilitação de Deficientes dirigiu-se aos interessados e aos profissionais especializados com o seu tema «Idosos com deficiências — Deficientes na velhice». Os grupos de trabalho forneceram resultados para o futuro do trabalho técnico e da política social. Foi revelado que a moderna reabilitação dá a possibilidade também aos idosos e muitos idosos de continuarem o mais tem-

po possível no ambiente familiar e permite um modo de vida autodeterminado apesar dos impedimentos respeitantes à sua saúde. No entanto, foi lamentada a falta de instalações suficientes para a reabilitação dos mais idosos bem como a perda da solidariedade a nível jurídico e nos seguros.

O monitor no desporto associativo de deficientes — eis o tema dos três dias de congresso que a Associação Alemã de Desporto de Deficientes DBS organizou por ocasião da REHA 87. Em diversos grupos de trabalho foram elaboradas as futuras tarefas e campos de actividade dos monitores. Os problemas da cooperação entre as associações de desporto de deficientes e outras organizações desportivas foram discutidas de maneira controversa, mas declarações elucidativas abriram finalmente caminhos para a continuada evolução positiva do desporto de deficientes na República Federal da Alemanha.

Membros da Secção Europeia do WHO (World Health Organisation) discutiram durante a REHA problemas de abastecimento dos deficientes com meios auxiliares técnicos. Entre os participantes também se encontravam delegados provenientes da DDR, da Polónia, da Hungria e da Checoslováquia.

Os visitantes e expositores consideraram sem dúvida positivo, o turno do certame de dois em dois anos: a REHA 89 realizar-se-á, de novo, em Setembro. O novo presidente e sucessor do Dr. Hans Aengenendt será Heinz Haep, Presidente da Associação Alemã de Desporto de Deficientes. Depois da Suécia ter sido o país parceiro, em 1987, a Dinamarca manifestou interesse em ser país parceiro na próxima REHA.

DATA

- Computadores
- Máquinas de escrever
- Calculadoras
- Fotocopiadores
- Retroprojectores
- Secretárias
- Cadeiras
- Ficeiros
- Estantes
- Caixas registadoras
- Balanças
- Móveis p/ supermercados
- Materiais de consumo
- Reparações

RUA JOSÉ BRANQUINHO, 85
TELEF. 24613 — 3500 VISEU

(Aos Bombeiros Voluntários)

U M M U L A

Sociedade Representações e Consignações Lda

REVESTIMENTOS
TAPEÇARIAS E DECORAÇÕES

15 por cento
de desconto
aos sócios da ADFA

- ALCATIFAS
- COLAS
- PAPÉIS PINTADOS
- PAVIMENTOS VINÍLICOS
- CORTIÇAS, ETC.
- TECTOS FALSOS

LOJA 1 — R. Elias Garcia, 153-B — ☎ 4 947 985 — 2700 AMADORA

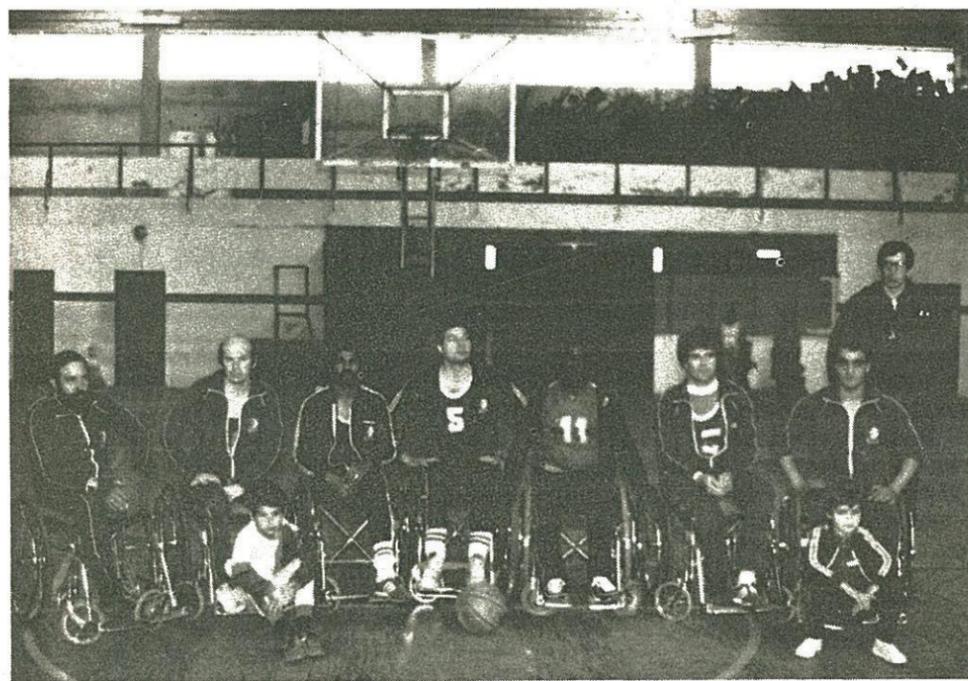
CARVÃO (Churrasqueira)

Frente aos Bombeiros Voluntários
Telef. 2 55 33 VISEU

DOMICÍLIOS

Massagem de recuperação, Ginástica Respiratória, Ginástica Correctiva da Coluna.

Os interessados deverão contactar Filomena Freitas através do Telefone: 311226 (noite)



Torneio de basquetebol do Alcoitão

O Departamento de Animação Cultural e Recreativa do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão promove um torneio de basquetebol em cadeira de rodas em que participam equipas da APD, Joanitas, ADFA e Alcoitão.

Os desafios vão ter lugar no pavilhão do Sporting Clube de

Portugal nos dias 28 de Novembro e 5 de Dezembro, com a seguinte ordem:

1.ª Jornada
APD-Joanitas
ADFA-Alcoitão

2.ª Jornada
APD-Alcoitão e
Joanitas-ADFA

3.ª Jornada
ADFA-APD
Alcoitão-Joanitas

A final, entre as duas equipas melhor classificadas, terá lugar no dia 12 de

Dezembro a partir das 10 horas.

Os atletas da ADFA prometem dar o seu melhor nesta amgnífica jornada de confraternização — embora reconhecendo o mérito dos seus adversários e admitindo, portanto, que qualquer desfecho será possível.

DESPORTO

DESPORTO
DESPORTO
DESPORTO

DGD organizou estágio de formação de agentes especializados

A Direcção-Geral dos Desportos organizou, em 16 de Novembro, com apoio do Fundo Internacional de Desportos para Deficientes (IFOS) um estágio de formação sobre desportos para deficientes, com o objectivo principal de contribuir para a formação de técnicos, dirigentes ou outros agentes desportivos que, de forma directa ou indirecta, intervêm no processo de desenvolvimento desportivo.

A sessão de abertura presidiu o secretário de Estado da Reforma Educativa, António Ribeiro, acompanhado pelo inglês Arthur Cameron e pela holandesa Marjoluin Hillegers, respectivamente, membro do executivo e directora do IFDS, sendo ambos membros da comissão da Comunidade Europeia responsável pela área de deficientes.

O secretário de Estado, António Ri-

beiro disse que o Governo está empenhado no desenvolvimento da prática desportiva pelos jovens, considerando o desporto uma fonte motivadora da juventude.

«O Governo não se poupará a esforços para que acções destas se repitam», salientou ainda.

A responsável pela organização do estágio foi a professora Regina Miranda da Costa, especialista no ensino de deficientes.

O Estágio contou com a presença de 93 delegados de todo o país na sua maioria já técnicos de desta forma adquiriram uma preciosa experiência que virá sem dúvida aumentar a qualidade do desporto praticado por deficientes em Portugal.

A terminar o Estágio houve um jantar de convívio entre todos os participantes.

delegações • núcleos • delegações • núcleos • delegações • núcleos • delegações • núcleos

PORTO

FESTA DE NATAL

A Festa de Natal especialmente destinada aos sócios e familiares que vivem na região do Porto, realiza-se na tarde do dia 20 de Dezembro no Cine-Teatro Júlio Dinis, começando às 15 horas.

No entanto fica o convite a todos os que queiram participar embora residindo noutras zonas e que desejem deslocar-se ao Porto nesse dia.

Os sócios interessados deverão enviar à Delegação do Porto a respectiva inscrição no impresso que lhes foi enviado até ao dia 5 de Dezembro.

A Festa constará de um espectáculo e da distribuição de lembrança aos filhos dos associados, e no seu decorrer será feito o sorteio dos prémios que constam nos bilhetes enviados aos sócios.

Aniversário

A Delegação do Porto comemora no próximo dia 7 de Dezembro, a data em que se realizou a primeira reunião dos deficientes das Forças Armadas nessa cidade, com o objectivo de criar a actual Delegação. Esta data ficou a constituir um marco histórico para a Delegação do Porto, sendo todos os anos assinalada.

Assim e a semelhança do que tem sido feito em anos anteriores, haverá no dia 7 de Dezembro um jantar comemorativo nas instalações da Delegação.

Nele poderão participar os sócios e familiares, devendo para tal fazer previamente as suas inscrições. O preço por pes-

soa é de 750\$00, pagando crianças dos 7 aos 12 anos, a importância de 350\$00.

No dia 8 de Dezembro haverá um jogo de futebol, entre a delegação do Porto e a delegação de Coimbra, estando o início marcado para as 11 horas, no parque de jogos do Inatel.

Festa de Natal em Amarante...

Vai realizar-se no dia 12/12/78, pelas 15 horas, no salão da Escola Secundária de Amarante, a Festa de Natal especialmente destinada aos sócios e familiares que vivem nos concelhos limítrofes.

Os sócios devem enviar à Delegação do Porto a respectiva inscrição no

impresso que lhes foi enviado, até ao dia 5 de Dezembro. Todos os sócios que pretendam colaborar na organização deste convívio de Natal, poderão entrar em contacto com a Direcção de Delegação.

Espera-se uma grande participação dos Associados.

A festa constará de um pequeno espectáculo e da distribuição de lembranças aos filhos dos Associados.

... e Sta. Maria da Feira

Como aconteceu no ano anterior, vai novamente realizar-se no próximo dia 19 de Dezembro, pelas 16 horas a Festa de Natal destinada aos sócios e familiares que residem nos concelhos da Feira, Ovar, S. João da Madeira, Oliveira de Azemeis, Arouca e Vale de Cambra.

Esta Festa terá lugar no salão Paroquial de Escapães, sendo a organização da mesma da responsabilidade de vários associados locais.

Desde já se apela à participação de todos para assim se uma verdadeira manifestação de convívio e camaradagem.

Para participar constará de um pequeno espectáculo e da distribuição de

lembranças aos filhos dos sócios.

Festa de Viana

Viana do Castelo vai voltar a ter a sua Festa de Natal.

Realizar-se-á no dia 19/12/87 pelas 15 horas, nas Instalações da Escola Preparatória de S. Bartolomeu dos Mártires.

Os sócios enviam à Delegação do Porto a respectiva inscrição no impresso que lhes foi enviado, até ao dia 5 de Dezembro.

Apela-se à participação de todos para que a mesma possa constituir uma manifestação de convívio e camaradagem.

A festa constará de um pequeno espectáculo e da distribuição de lembranças aos filhos dos Associados.

Festa de Natal em Paredes

A Festa de Natal em Paredes, vai realizar-se no dia 13 de Dezembro, pelas 15 horas, no salão polivalente dos Bombeiros Voluntários de Paredes, destinada aos sócios e familiares que residam em Paredes e nos concelhos vizinhos.

Deverão ser enviadas à Delegação do Porto as inscrições até ao dia 5 de Dezembro.

Espera-se uma grande participação dos associa-

dos, já que é a primeira vez que uma iniciativa deste género, é feita no Centro de Paredes. Contamos ainda com o contributo de todos aqueles que pretendem animar a festa que constará de um pequeno espectáculo e da distribuição de lembranças aos filhos dos associados.

Festas de Natal

Paredes:
Domingo dia 13/12/87 às 15 horas no Salão Polivalente dos Bombeiros V. P. Amarante:

— Sábado dia 12/12/87 às 15 horas no Salão Paroquial de Escapães.

V. do Castelo:
— Sábado dia 19/12/87 às 15 horas na Escola Preparatória de S. Bartolomeu dos Mártires.

Porto:
— Domingo dia 20/12/87 às 15 horas no Cine-Teatro Júlio Dinis.

Exposição

— Os filhos dos sócios poderão enviar até ao dia 24 de Dezembro: Pintu-

ras, Desenhos e Colagens, subordinados ao tema «O NATAL» para integrarem uma exposição a realizar nas instalações da Delegação.

Aniversário

Dia 7/12/87

— Às 20 horas jantar convívio na Cantina da Delegação.

Inscrições até ao dia 30 de Novembro:

Preço/Adulto — 750\$0. Criança — 350 escudos (dos 7 aos 12 anos).

Dia 8/12/87

— Às 11 horas jogo de Futebol no Parque de jogos do Inatel entre a Delegação do Porto e a Delegação de Coimbra.

Compra de viaturas Renault

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca Renault poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes, no dia 5 de Dezembro das 10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 820744, para que seja feita a marcação de entrevista.

REPORTAGENS FOTOGRÁFICAS E EM VÍDEO C/MONTAGEM

Casamentos, Baptizados, Aniversários e outros Telef. 275 3975 (noite)
Almeida Santos e Filipe Sousa

UMA SOCIEDADE PARA TODOS



1988